



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
LICENCIATURA EM LETRAS
HABILITAÇÃO LÍNGUA PORTUGUESA E RESPECTIVAS
LITERATURAS

WANDERSON DOS SANTOS

**A LÍNGUA MATERNA (L1) E A LÍNGUA PORTUGUESA (L2):
UMA REFLEXÃO ACERCA DOS DESAFIOS DE
ESTUDANTES INDÍGENAS**

ARAGUAÍNA - TO
2023

WANDERSON DOS SANTOS

**A LÍNGUA MATERNA (L1) E A LÍNGUA PORTUGUESA (L2):
UMA REFLEXÃO ACERCA DOS DESAFIOS DE
ESTUDANTES INDÍGENAS**

O Artigo foi avaliado e apresentado à UFNT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Araguaína, Curso de Letras para obtenção do título de Licenciatura em Letras/Português e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Dr. Francisco Edvigés Albuquerque.

Araguaína/TO
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

D724l Dos Santos, Wanderson.

A LÍNGUA MATERNA (L1) E A LÍNGUA PORTUGUESA (L2): UMA
REFLEXÃO ACERCA DOS DESAFIOS DE ESTUDANTES INDÍGENAS. /
Wanderson Dos Santos. – Araguaína, TO, 2023.

21 f.

Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Araguaína - Curso de Letras - Português, 2023.

Orientador: Dr. Francisco Edviges Albuquerque.

1. Interculturalidade. 2. Língua Português. 3. Políticas públicas. 4.
Sistema de Cotas. I. Título

CDD 469

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

WANDERSON DOS SANTOS

**A LÍNGUA MATERNA (L1) E A LÍNGUA PORTUGUESA (L2):
UMA REFLEXÃO ACERCA DOS DESAFIOS DE ESTUDANTES
INDÍGENAS**

O Artigo foi avaliado e apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Araguaína, Curso de Letras para obtenção do título de licenciatura em Letras e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 10/02/2023

Banca Examinadora



Prof. Dr. Francisco Edviges Albuquerque – UFT/UFNT (Orientador)

Prof^ª. Dr^ª. Eliane Cristina Testa – UFT/UFNT (Examinadora)

Profa. Me. Danielle Mastelari Levorato – UFT/UFNT (Examinadora)

Araguaína, 2023

AGRADECIMENTOS

Meu querido Deus por esta importante vitória em minha vida. Em meio a tantos desafios, Ele deu a mim e a minha família vida e saúde. A capacidade de escrever este trabalho veio dele. Todo o crédito e honra vai para ele por tudo e pessoas que ele colocou na minha vida para contribuir como para realizar este sonho!

Agradeço também a Professora Me. Danielle Mastelari Levorato e a Professora Dra. Eliane Cristina Testa a qual aceitaram participar da minha banca.

Ao Prof. Dr. Francisco Edviges Albuquerque pela amizade, compreensão, orientação, encorajamento e conselhos ao longo deste trabalho. Sou eternamente grato a você por seu carinho e fé em mim.

Obrigado!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal provocar reflexões sobre o ensino da língua portuguesa para os povos indígenas do Brasil, principalmente em cursos interculturais e de graduação, levando em consideração as peculiaridades culturais, linguísticas e históricas e o tratamento dado a cada povo, considerando o nível de proficiência em português, problematizando o aproveitamento e a progressão dos estudantes indígenas do ensino superior. Nosso objetivo é conhecer como é implementada a política pública voltada aos povos indígenas na Universidade Federal do Norte do Tocantins, bem como as atividades e projetos que esta Universidade vem desenvolvendo para garantir os direitos dos povos tradicionais no ensino superior. Buscamos compreender, também, o processo histórico das políticas públicas voltadas para os povos indígenas no ensino superior, que garantiram conquistas como o direito à educação específica e diferenciada, também, nas universidades.

Palavras-chave: Interculturalidade. Língua Português. Políticas públicas. Sistema de Cotas

ABSTRACT

The main objective of this work is to provoke reflections on the teaching of the Portuguese language to the indigenous peoples of Brazil, mainly in intercultural undergraduate courses, taking into account the cultural, linguistic and historical peculiarities and the treatment of each nation. for the level of proficiency in Portuguese. Problematizing the achievement and progression of Aboriginal students in higher education. Our goal is to find out how the public policy aimed at indigenous peoples is implemented at the Federal University of Tocantins, as well as the activities and projects that this university has developed to guarantee the rights of traditional peoples in higher education. We seek to understand the historical process of public policies aimed at indigenous peoples in higher education, which ensured achievements such as the right to special and differentiated education also in universities.

Keywords: Teaching. Intercultural. Portuguese. Public policy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. AÇÕES AFIRMATIVAS E SISTEMAS DE COTAS	13
1.1 DEFINIÇÃO DO SISTEMA DE COTAS	15
1.2 COMO SÃO REALIZADAS ATIVIDADES E PROJETOS DIRECIONADOS AOS POVOS INDÍGENAS, NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT-TO.....	16
2. IMPORTÂNCIA DO PORTUGUÊS NAS COMUNIDADES INDÍGENAS	17
3. A SITUAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS: GRAU DE VITALIDADE	18
3.1 ENSINAR O PORTUGUÊS SOB A PERSPECTIVA DA GRAMÁTICA PORTUGUESA	19
4. METODOLOGIA	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS	22

INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que, há alguns anos atrás, estudar em uma universidade pública era um privilégio de uma pequena parcela da sociedade, mas esse panorama mudou. Atualmente um grande número de estudantes indígenas está cada vez mais ingressando nas universidades e, também, se tornam egressos de vários cursos ao obterem os títulos de graduados, licenciados ou bacharéis. Isso aconteceu devido às políticas de ações afirmativas, algumas das quais permitem que indígenas ingressem nas mais diversas universidades e permaneçam nela até a conclusão dos seus cursos. Então, os estudantes indígenas começam a se mudar para a cidade, em busca de uma universidade qualificada, com o foco no mercado de trabalho. Portanto, aumenta a cada dia o número de indígenas que buscam o ensino superior, e defende-se que “o direito dos povos indígenas à educação é uma questão de justiça social e de reconhecimento de sua história, cultura e identidade” (MENEZES; SIMAS; WEIGEL, 2021, p. 10).

Portanto, vale ressaltar que existe educação curricular de qualidade para os povos indígenas, por trás de suas conquistas há uma grande história de batalhas que acontecem todos os dias, quando se refere aos povos indígenas na universidade, você sempre se lembra deles por causas de conquistas (SANTOS 2012). Embora essas batalhas tenham sido travadas todos os dias pela igualdade, isso não garante persistência e educação, mas não se limita ao acesso, mas a qualidade e persistência e conclusão de curso (FELICETTI; MOROSINI, 2009). É importante notar que toda essa influência na retenção e admissão de estudantes indígenas em universidades públicas foi uma tentativa de garantir direitos que de fato já são deles. Como os povos indígenas sofreram com a desigualdade ao longo da história, sua inserção no ensino superior ao longo dos anos amenizou as principais consequências da cassação, principalmente no que diz respeito ao sistema educacional (MARÉS, 1992).

Na verdade, o grande interesse em tratar de temas indígenas que me fez pensar em desenvolver este estudo em relação à barreira do idioma, principalmente com alunos indígenas do Curso de Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFNT-TO), pois sabe-se que as crianças indígenas são alfabetizadas em sua língua materna, e o domínio do português abre as portas para integração dos indígenas em nosso meio social, trazendo mais autonomia para a comunidade, porque eles mesmo se tornam sujeitos independentes e ativos.

Segundo Grupioni (2000), a política de educação dos povos indígenas tem se tornado cada dia mais importante para eles. Com relação às políticas indígenas de educação superior, pode-se concluir que elas parecem ser algo fundamental para garantir os direitos desses povos, pois podem tornar-se aliadas nos processos de revitalização e avanço do conhecimento indígena. Apesar disso, entendemos que o desenvolvimento de uma política nacional de

educação superior voltada para os povos indígenas ainda é muito incerto e depende de investimentos no sistema educacional, principalmente na formação de professores e adequação das práticas pedagógicas. Assim, não se pode pensar na política pública de ensino superior indígena sem pensar no ensino, que, além da qualidade, é sobretudo inclusivo. Portanto a universidade deve ser competente para trabalhar com a diversidade, peculiaridades e diferenças de opinião (FURTADO, 2010).

Conforme apresentado até aqui, afirmamos que o objetivo principal deste estudo é saber como se dão as políticas públicas voltadas para os povos indígenas e as ações e projetos que são implantados na UFNT-TO. Essa universidade evoluiu para garantir os direitos dos povos tradicionais em faculdades. Definimos os objetivos específicos da seguinte forma: a) conhecer as políticas de acesso e permanência voltadas para os povos indígenas; b) apresentar relatos sobre a situação acadêmica dos estudantes indígenas para melhor compreender os resultados dos programas de assistência estudantil.

De modo geral, procuramos pensar como se dá o processo de adaptação e o enfrentamento desses povos indígenas na universidade, justamente por entendermos que eles vêm de um sistema educacional diferente do que se pretendia em ambiente acadêmico. Uma das nossas hipóteses é que os métodos de avaliação das universidades também devem ser repensados para que os instrumentos sejam justos, respeitando a igualdade. Acontece que o baixo desempenho acadêmico é uma das principais causas da evasão, porque desmotiva os alunos indígenas, o que dificulta ainda mais suas chances de sucesso acadêmico (ARAÚJO; TAVARES, 2011). Em relação a isso o aluno começa a se distanciar das turmas de ingresso e assim fica de fora dos departamentos.

Percebe-se, gradativamente, que a cada dia a conclusão do curso está mais distante, o qual leva à desistência, o que mostra a dificuldade de obtenção do ensino superior (OLIVEIRA, 2000). Como vimos anteriormente, os problemas de baixo desempenho acadêmico podem fazer parte dos fatores que mais contribuem para evasão dos alunos indígenas (ARAÚJO; TAVARES, 2011), então assumimos que universidades ainda não conseguiram resolver seus problemas no sentido de cada aluno é tratado como único para reduzir problemas de retenção. Em busca dessa resposta, uma série de passos metodológicos foram percorridos para desenvolver nossa pesquisa qualitativa.

Desta forma, o trabalho foi organizado da seguinte maneira;

No tópico 02 nomeado com o título de *Ações afirmativas e sistema de cotas* procurou mostrar a importância no acesso dos indígenas ao ensino superior.

O tópico 03 que tem por título, *A importância do português nas comunidades indígenas*, traz relatos acerca disso.

No tópico 04, cujo título é *a situação dos povos indígenas: grau de vitalidade*, trata de relatos a respeito da mesma.

No tópico 5 descrevemos a metodologia utilizada.

Em nossas reflexões finais destacamos as ideias, achados e sugestões que este trabalho propôs/deu aos alunos indígenas e não indígenas da UFNT-TO.

1. AÇÕES AFIRMATIVAS E SISTEMAS DE COTAS

Considerando que o conhecimento é importante e essencial para o desenvolvimento humano e cada vez mais importante para obter a melhor formação acadêmica possível, as faculdades matriculam cada vez mais alunos de raças e de culturas diferentes, contemplando uma diversidade etnocultural em seu ambiente universitário sem beneficiar ou favorecer sua população.

Por outro lado, por causa da nossa história colonial, a educação era apenas um direito das minorias, dos brancos e dos ricos, e isso indiretamente continuou até hoje. Portanto, para que não exista essa desigualdade acadêmica, governos criaram uma oportunidade de igualar o acesso ao ensino superior no sentido de que todos tenham as mesmas oportunidades, o que criou cotas para instituições de ensino para negros e indígenas, para garantir-lhes pelo menos lugares livres.

Em relação às ações afirmativas, é importante entender que conforme:

(...) A ideia de ações afirmativas precisa ir além de dispositivos que insiram “segmentos sociais sub-representados” em instituições. Trata-se de afirmar a existência de sujeitos históricos diferenciados. Aqui, “ação afirmativa” não poderia ou poderá manter sentidos mitigatórios e sim conter o potencial de uma transformação mais ampla. (LIMA; BARROSO, 2013, p.67).

De acordo com o Plano de Apoio Estudantil-Pnaes (2007), um aluno só pode se desenvolver plenamente se a qualidade do ensino e a política de investimento em auxílios forem aliadas para que o aluno possa atender às suas necessidades básicas. No entanto, levanta muitas questões e depois discute inúmeras opções que podem contribuir para um melhor acesso e retenção acadêmica. A esse respeito, podemos citar um documento muito importante que regulamenta as práticas públicas de acesso ao ensino superior: Lei nº12711/12, conhecida como Lei de Cotas, que regulamenta o acesso ao ensino superior.

A política de cotas obrigou a mudar as práticas e concepções que antes eram mantidas por universidades e, que serviram de base para a orientação pública da política de educação superior. No entanto, políticas de cotas por si só não podem resolver todos os problemas relacionados ao acesso e permanência no ensino superior. Portanto, para reduzir as consequências da desigualdade, é necessário criar políticas que garantem a permanência dos alunos na universidade, “grupos de estudantes que se encontram em situação comprovadamente mais fraca e com dificuldade específicas, continuam os estudos, acadêmicos com sucesso em sua vida” (FINATTI, 2008, p.196). Assim, o fato da presença dos povos indígenas no ambiente universitário; indiscutíveis levaram à necessidade de rever e reorganizar as atividades de retenção e desenvolvimento acadêmico e a prática pedagógica.

O acesso dos povos indígenas trouxe demandas à universidade, que teve de fixar seu posicionamento e garantir, além do ingresso, garantia de aproveitamento, formação em tempo hábil e respeito à diversidade, portanto, questões relacionadas ao ingresso e à persistência desses alunos na universidade, bem como dificuldades e conquistas fazem parte do universo que requer mais atenção, cuidado e estudo (CABRAL NETO, 2005). No entanto, estamos cientes da falta de pesquisas sobre políticas públicas indígenas no ensino superior. Sousa (2006) diz que: A política pública tem impacto na economia e na sociedade, portanto toda teoria de política pública deve explicar também a relação entre estado, política, economia e sociedade. Esta é também a razão pela qual especialistas de tantos campos – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas - têm interesses comuns e contribuíram para os desenvolvimentos teóricos e empíricos.

Assim a política pública pode ser resumida como um campo de conhecimento que visa ao mesmo tempo “tomar uma ação governamental” e/ou analisar essa ação (a variável independente) e propor uma mudança de rumo ou direção, se necessário, o andamento dessas operações (variável dependente). “A formulação de políticas é a fase em que governos democráticos transformam suas metas e plataformas eleitorais em programas e ações que produzem resultados ou mudanças no mundo real” (SOUZA, 2006, p.25). Então, o problema que precisa ser destacado é o baixo rendimento acadêmico, sabemos que o baixo desempenho na graduação é fator de evasão. Segundo o Instituto Nacional de Educação Anísio Teixeira e Pesquisas Educacionais (INEP), o número de pesquisadores egressos da graduação aumentou significativamente em (INEP, 2019).

Lassibille e Gómez (2008) argumentam que as faculdades que desenvolvem iniciativas para melhorar o desempenho acadêmico e a inclusão social de seus alunos têm maiores taxas de sucesso e conclusão de curso. Desta forma, é importante contabilizarmos as intervenções que

foram feitas para reduzir o nível de mau rendimento acadêmico, como por isso é importante pensar nas medidas tomadas para reduzir o mau desempenho escolar, pois embora existam em todos os níveis de ensino, os números são mais assustadores no ensino superior.

Os números só aumentam ao longo dos anos, e as razões deste insucesso escolar estão relacionadas com vários contextos, pelo que não são tão fáceis de identificar: problemas financeiros, dificuldade de adaptação ao meio universitário, problemas psicossociais, a falta de motivação, a incompatibilidade de tempo entre trabalho e estudo (PACHECO; RISTOFF, 2004) e a barreira do idioma são fatores mais importantes que impedem uma permanência bem-sucedida na universidade. Estudar na universidade exige muito mais do que comprometimento dos estudantes indígenas: eles enfrentam diariamente diversas situações e desafios que vão além da conclusão de um curso, a situação de moradia, alimentação, transporte desses alunos. Se esses confrontos não forem vencidos, eles podem se perder.

Filho (2007) defende que a sonegação de impostos causa sérios prejuízos, acadêmicos e financeiros nas faculdades e, portanto, deve ser evitada. Neste sentido, sublinhamos a necessidade de analisar quais condições poderiam manter este aluno nos seus estudos, porque condições justas não se limitam à admissão, mas também à retenção com sucesso. Assim, “a igualdade representa a intensidade com que os alunos se beneficiam da educação por meio de acesso, oportunidades, acompanhamento e resultados” (FELICETTI; MOROSINI, 2009, p.21).

1.1 DEFINIÇÃO DO SISTEMA DE COTAS

O sistema de cotas é baseado na criação de vagas pelo menos para pessoas carentes em instituições de ensino públicas ou privadas. De acordo com a Lei nº12. 711, de 29 de agosto de 2012, devemos:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculada ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita.

Esse entendimento destaca que, segundo Amorim (2003), o sistema de cotas é: “instrumento pelo qual o poder público remunera pessoas pertencentes a determinada classe, grupo ou raça mediante a reserva de vagas concursos públicos, cargos e empregos públicos”. Logo, as instituições de ensino oferecem diversas vagas em seus processos seletivos para negros e índios.

1.2 COMO SÃO REALIZADAS ATIVIDADES E PROJETOS DIRECIONADOS AOS POVOS INDÍGENAS, NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT-TO

A Universidade Federal do Tocantins – UFT-TO foi criada em 23 de outubro de 2000 e a Universidade Federal do Norte do Tocantins foi criada em 9 de julho de 2019 tem buscado garantir os direitos dos povos tradicionais de acesso ao ensino superior, por meio do sistema de cotas. No contexto do Estado do Tocantins, onde há uma grande diversidade linguística e onde se encontram diferentes povos indígenas, vê-se que existem muitos esforços relacionados à questão da manutenção e da revitalizadas das línguas originárias. Sabe-se que o português é a língua majoritária do Brasil e as línguas originárias estão ameaçadas de extinção. É verdade que nas últimas décadas houve um desenvolvimento importante nas políticas governamentais que passaram a considerar a necessidade de fortalecer a língua e a cultura das minorias étnicas do Brasil.

Ensinar língua portuguesa aos povos indígenas, tanto em escolas indígenas quanto em cursos universitários, torna-se um grande desafio, principalmente pelas peculiaridades linguísticas. Então, primeiro, pode-se levantar algumas questões: O que é ensinar português? Como ensinar português em um espaço com grande diversidade cultural e linguística respeitando as especificidades de cada pessoa? Como ensinar português sem sobrepor a língua materna?

A partir dessas perguntas deve-se primeiro considerar o significado e o lugar da língua portuguesa em cada população nativa. É um fato incontestável que hoje é uma poderosa ferramenta de diálogo com a sociedade envolvente, ou seja, o português é a língua que nos permite comunicar com todos os setores da nossa sociedade. Os alunos indígenas, ao contrário de outros não indígenas, suportam o peso do processo de uma colonização, muitas vezes violento e destrutivo, tendo o português como ferramenta de colonização utilizada de forma eficaz e propositalmente, sobretudo os políticos e religiosos. Assim, acredita-se que as variantes linguísticas do português utilizadas pela população nativa e seu nível de proficiência podem nos mostrar ou mesmo nos dar indícios dos processos de colonização que ele e sua comunidade sofreram.

Que tipo de português queremos que os alunos nativos saibam? Maher (2006, p.15), argumenta que:

o português do índio é um português muito colorido, muito criativo e não há, cientificamente, motivo algum para pensar que ele não seja uma forma legítima de utilização dessa língua. Aqueles que acreditam que essa seria uma variedade bastarda, ilegítima da língua nacional. O fazem por operarem com uma noção equivocada do que seja uma língua.

Compartilhando do pensamento de Maher, são sugeridos alguns pontos para a discussão sobre as dificuldades e estratégias para o ensino de português em sala de aula, nos cursos de graduação.

2. IMPORTÂNCIA DO PORTUGUÊS NAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Hoje, o português desempenha um papel central nas comunidades e escolas indígenas, por que se tornou um meio eficaz de comunicação com a sociedade envolvente; o domínio da língua portuguesa abre as portas para inserção dos povos indígenas em nosso meio social e traz autonomia à comunidade, pois eles se tornam sujeitos autônomos e ativos, capazes de criar seus próprios projetos, acompanhar processos, defender seus direitos, entre outros. Em geral, trata-se da fala de diferentes grupos étnicos, como pode ser observado nos relatos de alunos da UFNT-TO a seguir:

“O papel do português na escola é muito mais potencializado do que a língua materna, no entanto, existe muitas diferenças étnicas, grupos que não falam a língua nativa, então a língua nativa é uma dessas línguas que a gente consegue se comunicar, nos mesmos, para falar, discutir e dar nossas sugestões sobre o que queremos” (Aluno de graduação).

“O português na escola é muito importante para compreender melhor o mundo e as pessoas que nos rodeiam, nós e para não ser enganado, o objetivo do português é facilitar a convivência, conhecer nossos direitos e deveres e assim por diante” (Aluno 2).

“O português pode ser ou tornar importante aprender a compreender os povos indígenas, porque com isso passamos a respeitar melhor nossos direitos e os conceitos legais vigentes na sociedade não indígenas, o português ainda que tenha muita influencia ou poder sobre a língua materna, quanto mais aprendemos seu conceito, nós índios sabemos defender nossos ideais, que a política da sociedade atual considera muito fraco” (Aluno 3).¹

Esses relatos de alguns alunos indígenas graduandos demonstram lugar ocupado pela língua na vida destes alunos, demonstram a importância das interações sociais ou na maioria das situações sociais determinados pelas comunidades indígenas e traz o debate universitário. Sobre como organizar o ensino de português com língua materna/com ensino de língua materna uma língua que respeite a língua materna, que material didático o professor pode ajudar nesse processo, pois os povos indígenas não possuem publicações em línguas; que dificuldades; se

¹ Esses depoimentos foram coletados em uma roda de conversa com os 3 alunos indígenas no dia 18 de setembro de 2022, no LALI da UFNT, sobre a questão do ensino do português nas comunidades indígenas e sobre as ações afirmativas e política de cotas.

partes ensinam, povos indígenas e não indígenas, e os alunos se encontram durante o processo ensino/aprendizagem; por fim, o que ensina Portugal numa realidade cultural e linguística tão diferente.

Sabe-se que uma preocupação crescente com a língua materna nas discussões dos professores nas escolas indígenas das lideranças indígenas, pois eles estão mais conscientes da necessidade e importância de fortalecer sua língua materna.

“As duas línguas têm o mesmo significado porque a língua materna é a identidade de todos os povos, devem falar sempre a sua própria língua, e o português comunica com os povos não nativos e é compreendido pelo mundo” (Aluno de graduação indígena).
 “É muito importante aprender duas línguas, primeiro sempre organizamos o alfabeto, se as crianças são boas em sua própria língua, então aprendemos o português, queremos que nossos alunos aprendam duas línguas” (Aluno de graduação indígena)²

3. A SITUAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS: GRAU DE VITALIDADE

A situação dos povos indígenas no Brasil é crítica, muitos deles correm sérios risco de extinção. Segundo Rodrigues (2000), a média de falantes por língua é de em torno de 100 pessoas, e de acordo com esse autor:

Quase todas as línguas daqui são anêmicas, falta o sangue da população e essa anemia é aqui, quase nenhuma língua escapou do derramamento de sangue que a política de conquista amazônica realizou em todos os lugares e em todos os refúgios. Em algumas línguas, como o Tikúna falado no Brasil, Peru e Colômbia, é falado aproximadamente 40.000 mil pessoas.

Nesse contexto, considerando as línguas indígenas brasileiras, deve-se primeiro diagnosticar o grau de sua vitalidade no ambiente onde são faladas e como enfatizou Maher (2010, p. 3), isso também deve ser levado em consideração. “(...) A tradicional”.

Quanto à atitude da comunidade em relação à língua materna, cabe pensar como ela é usada na comunidade, então a sua função social, se a língua materna é falada como língua de toda a comunidade, a língua majoritária e em contextos conhecidos, ou seja já se tornou uma segunda língua (L2) nessa comunidade, limitada a determinados contextos sociais e/ ou falada apenas por certos grupos comunitários, como anciãos e líderes, ainda há casos em que a comunidade simplesmente não fala mais o idioma, que foram substituídos pelo português.

De acordo com os relatos citados no tópico 3 o português é utilizado quando indígenas e não indígenas interagem e participam em reuniões, oficinas de cursos e pessoas que percorrem

² Esses depoimentos foram coletados em uma roda de conversa com os 3 alunos indígenas no dia 18 de setembro de 2022, no LALI da UFNT, sobre a questão do ensino do português nas comunidades indígenas e sobre as ações afirmativas e política de cotas.

aldeias e negociam com lideranças comunitárias. Assim, a educação escolar tem o papel de conscientizar as crianças e os jovens de que o português é utilizado quando é necessário comunicar-se em diálogos ou reivindicar seus problemas especiais, familiares ou direitos.

(...) uma construção aberta, não definitiva, posto que intermediada por múltiplas representações sociais que se tocam, distanciam-se ou se interpenetram. Estamos [nós, os indígenas] transitando em diversos espaços sociais, tentando dominar seus códigos para interagirmos, mas trazendo a bagagem das nossas formações em nossos grupos primários – nossas famílias, nossas aldeias, nossos bairros, nossas cidades. (XUCURU KARIRI, 2015, pg.11)

O pano de fundo disso é uma situação cada vez mais comum em comunidades indígenas, o bilinguismo nessas comunidades precisa de outra perspectiva porque, como argumenta Isidoro (2008), o bilinguismo surgiu muito mais por coerção sócio-político-econômica da sociedade majoritária do que por opção do próprio grupo. O bilinguismo há necessidade de contato entre os povos indígenas e a sociedade envolvente. Um dos desafios em um curso introdutório de educação são os níveis variados de bilinguismo entre os alunos, alguns tiveram a oportunidade de ensinar português nas escolas das aldeias desde a infância (7-8 anos) e professores não nativos, enquanto a grande maioria teve essa oportunidade na idade adulta. Essa disparidade nos níveis de bilinguismo é notoriamente evidente em sala de aula, principalmente na fala e na escrita desses alunos. Portanto, o contexto social e histórico da educação bilíngue deve ser considerado e levado em consideração, pois pode criar barreiras linguísticas, sociais e culturais para o aprendizado da língua.

3.1 ENSINAR O PORTUGUÊS SOB A PERSPECTIVA DA GRAMÁTICA PORTUGUESA

Segundo Maher (2010), promover o ensino eficaz do português nas escolas das aldeias pode fazer com que famílias indígenas invistam na transmissão de sua língua tradicional para seus filhos. Como já foi afirmado no tópico 4, a língua portuguesa tem hoje uma importância função social nas comunidades indígenas. Portanto muitos pais temem que seus filhos não aprendam bem o português na escola e que a sociedade circundante os castigue, ensiná-los em casa, exceto língua materna. Nesta perspectiva, Maher (2010, p 33) afirma que “(...) os portugueses passam a ser vistos não só como um grande vilão mas também como um potencial aliado no projeto de reforço das línguas nativas locais”.

Hoje, a aprendizagem de línguas por meio da gramática contrastiva é uma das estratégias de ensino que tem produzido bons resultados em contextos bilíngues. Nesse modelo, os alunos são orientados a pensar sobre as estruturas linguísticas da língua-alvo, comparando alunos com

a gramática de sua própria língua. A análise contrastiva dá aos alunos a oportunidade de reconhecer as particularidades e diferenças entre duas línguas e aos alunos desenvolver suas próprias análises linguísticas, pois a teoria é ensinada a partir de dados reais de idiomas diferentes, cujas diferenças e contrastes permitem ao aluno muito mais fácil de entender fenômenos linguísticos concentrados.

No entanto, o método de ensino usando gramática contrastante nos cursos de nível básico e acarreta algumas dificuldades relacionadas com as competências linguísticas do aluno e do professor das línguas de origem e de destino. Conforme já explicado anteriormente, há uma enorme riqueza linguística nas salas de aula desses cursos. Na maioria dos casos, o professor tem que trabalhar com muitas línguas, famílias e órgãos linguísticos diferentes. Também é fato que muitas línguas carecem de descrições linguísticas completas e satisfatórias, o que torna o professor um incansável pesquisador desse processo de ensino e aprendizagem. Dada a necessidade de focar nas estruturas de todas as línguas representadas em um curso introdutório de educação intercultural, é importante que a pesquisa, especialmente estudos em grupo, que de outra forma é uma prática saudável, seja conduzida por alunos nativos. as pessoas geralmente adotam na faculdade.

4. METODOLOGIA

Procuramos dar relevância ao fato de a cada ano crescer o número de indígenas que procuram pela Universidade e sonham com o curso superior, como uma forma de na atualidade responder às demandas dentro de suas aldeias e ser representantes de seu povo na luta por direitos.

A natureza deste trabalho é qualitativa e bibliográfica, que se configura por meio de um estudo bibliográfico de obras de estudiosos que trabalham com a questão indígena, sistema de cotas e de ações afirmativas. Desta forma, estabelecemos que:

Pesquisa bibliográfica: quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Em relação aos dados coletados na internet, devemos atentar à confiabilidade e fidelidade das fontes consultadas eletronicamente. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar. (PRODANOV, 2013, p.54).

Apesar do trabalho ter cunho bibliográfico realizamos uma roda de conversa no Laboratório de Língua Indígenas (LALI) no dia 18 de setembro de 2022, com alunos indígenas

e conseguimos coletar algumas falas sobre a questão do ensino de português nas comunidades indígenas e suas preocupações, as quais transcrevemos no tópico 3.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino do português em contextos de diversidade linguística somente nestes cursos? Em contexto da educação escolar indígena (no ensino Fundamental e Médio). É um tema que merece ser aprofundado e investigado, tendo em conta fatores como o grau de vitalidade linguística, do grau de bilinguismos dos povos indígenas e o contexto sócio-histórico da aprendizagem da língua portuguesa.

Para adotar a gramática contrastiva, o professor deve ter uma base teórica linguística que permita analisar diferentes idiomas e compará-los reflexivamente com o português. A comparação nem sempre é uma tarefa fácil, pois os idiomas não possuem uma descrição linguística. Para isso, o professor de língua portuguesa deve estar em constante pesquisa.

Finalmente, sabe-se que ainda existem muitos lugares abertos que devem ser explorados e aprofundados em trabalhos posteriores. Este trabalho traz uma breve contextualização dos desafios do ensino de português para indígenas. Neste trabalho, tivemos a oportunidade de refletir sobre os povos indígenas discute as dificuldades da língua e como a língua portuguesa (L2) pode interferir na vida dos indígenas enfatizando o processo de persistência e os desafios que eles enfrentam dentro da universidade.

Sabe-se que há ações afirmativas, políticas públicas e seus processos para melhor entender a política de educação pública indígena no contexto da educação superior, particularmente em termos de promoção e acesso. O papel das universidades públicas nas políticas de inclusão dos indígenas na educação de ensino superior é fundamental e a UFT e a UFNT têm ofertando bolsas de permanência e espaços como o LALI (voltando seu olhar para os povos indígenas residentes no estado do Tocantins)

Para completar este trabalho, foram monitoradas as atividades e programas de assistência estudantil e o status acadêmico e os resultados dos alunos indígenas matriculados nesta universidade. Como proposta para fortalecer a política nacional indígena no ensino superior, pensamos primeiramente em melhorar o sistema de ingresso, como um vestibular especial para indígenas para concorrer a vagas de graduação da UFT. Essa proposta está diretamente relacionada à promoção da autonomia dos povos tradicionais, especialmente no que diz respeito à língua e à cultura. Um exame de acesso dedicado seria um meio de valorizar e reconhecer o conhecimento indígena tradicional, garantindo o compartilhamento do conhecimento indígena tradicional entre o conhecimento acadêmico e o vínculo entre os dois.

REFERÊNCIAS

_____. **Relatório das Atividades do Programa do Observatório da Educação Escolar Indígena**. 03/12/2016 às 8:42.

AMORIM, Pierre Souto Maior Coutinho de. **Sistema de Cotas**. 2003. Disponível em: <http://www.tj.ro.gov.br/emeron/sapem/2003/maio/0905/artigos/A01.htm>. Acesso em: 26 de Janeiro de 2023

BARNES, Eduardo Vieira. (2010), “**Da Diversidade ao Prolind: reflexões sobre as políticas públicas do MEC para a formação superior e povos indígenas**”. In: SOUSA, Cássio Noronha Inglez de (Org.); ALMEIDA, Fábio.

BRASIL. **Lei 12.711/2012**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil.../ acesso em: 26 de Janeiro de 2023

CABRAL NETO, A. **As Reformas Educacionais e a Política de Formação de Professores**. In Ferreira Valfredo Sousa; TAVARES, Andrezza Maria B. do Nascimento; PEREIRA, Marsílvio Gonçalves. (Org). Congresso Internacional de Formação Continuada e Profissionalização Docente. 1 Ed. João Pessoa/ UFPB/ Editora Universitária, 2005, v. 1, p. 23-28.08, jul./dez. 2010.

FELICETTI, V.; MOROSINI, M.C. **Equidade e iniquidade no ensino superior: uma reflexão**. Ensaio: aval. Pol. pub. Educ., Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 9-24, jan./mar. 2009.

FELICETTI, V.; MOROSINI, M.C. **Equidade e iniquidade no ensino superior: uma reflexão**. Ensaio: aval. Pol. pub. Educ., Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 9-24, jan./mar. 2009.

FELICETTI, Vera Lucia and MOROSINI, Marília Costa. **Equidade e iniquidade no ensino superior: uma reflexão**. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. [online]. 2009, vol.17, n.62, pp.9-24.

FILHO TERRIBILLI; BARREIRO, I. N. F. A. **Educação Superior no período noturno: políticas, intenções e omissões**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, p. 81-102, jan/mar. 2007.

FINATTI, Elmer Betty e ALVES, Jolinda de Moraes. **Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes da UEL – indicadores para a implantação de uma política de assistência estudantil**. In: KULLMANN, Geila Gonçalves. et al. Apoio Estudantil: reflexões sobre o Ingresso e Permanência no Ensino Superior. Santa Maria: Editora da UFSM: 2008.

FURTADO, C. **O direito dos indígenas à voz**. Inclusão social. Brasília, DF, v. 4 n. 1, p.106-110. SOUZA, Aparecida Raquel. Da Unitins à UFT: Modelos e práticas na educação superior no Tocantins no limiar do século XXI. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

GOMES, Joaquim Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: a experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 40.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **A Educação Escolar Indígena no Brasil: a passos lentos**. In: RICARDO, Carlos Alberto (Org.). Povos indígenas no Brasil – 1996/2000. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

LASSIBILLE, G; GÓMEZ, L. N. **Why do higher education students drop out? Evidence from Spain.** *Education Economics*, v.16, n.1, p.89 -105, 2008.

Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Disponível em: www.planalto.gov.br acesso em: 03. Dez. 2019.

MARÉS, C.F. "**O direito envergonhado: o direito e os índios no Brasil**". In: GRUPIONI, L.D.B. (org.). *Índios no Brasil*. São Paulo, SMC, 1992.

MENEZES, R. O. ; SIMAS, HELLEN CRISTINA PICANÇO ; WEIGEL, V. A. C. M. ; SILVA, M. G. . **Povos indígenas, educação superior e ações afirmativas na UFAM.** *LINHAS CRÍTICAS (UnB)*, v. 27, p. 1-22, 2021. out. 2016.

PACHECO de OLIVEIRA, J. "O Nosso Governo": os Ticuna e o Regime Tutelar. São Paulo: Marco Zero/MCT-CNPq, 1988.

PACHECO, E., & RISTOFF, D. I. (2004). **Educação superior: democratizando o acesso.** *Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior*, 9(4). Recuperado de <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1284>.

SANTOS, Jocélio Teles dos; QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **As cotas na Universidade Federal da Bahia: história de uma decisão inédita.** In: SANTOS, Jocélio Teles dos (org). *Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão*. 2012, Salvador: CEAO.

SOUZA, Aparecida Raquel. **Da Unitins à UFT: Modelos e práticas na educação superior no Tocantins no limiar do século XXI.** Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

XUCURU KARIRI, C. R. S. (2015). **Sobre como nos tornamos o que sempre fomos.** In: César, A. L. S.; Aquino, I. Monteiro, C. Xucuru Kariri, C. R. A. Ferreira, M (orgs.). *Núcleo Yby Yara Observatório da Educação Escolar Indígena - Fragmentos para uma cartografia da educação escolar indígena*. Salvador-Bahia: Quarteto.